



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

### **ESTADO MILITAR E EDUCAÇÃO: TECENDO REFLEXÕES SOBRE O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL (1960-1980)**

Anderson Szeuczuk \*  
(UNIOESTE)

João Carlos da Silva \*\*  
(UNIOESTE)

#### **RESUMO**

O presente artigo pontua um conjunto de reflexões acerca do ensino superior no contexto do regime militar (1964–1985), marcado por profundas mudanças no campo econômico, político e social. A demanda social pela educação superior levou o Estado a procurar meios de aliviar essa tensão, isso se deu pela interferência estrangeira na educação pública e a facilitação da expansão das instituições privadas de ensino superior. A constituição de cada universidade foi marcada pelas características da época, de acordo com os interesses econômicos, políticos e sociais em jogo. Para atingir nosso propósito, centramos análise do período a partir no referencial teórico em SAVIANI(1987),eGERMANO (1994), MÉSZÁROS (2008). Buscaremos compreender as múltiplas determinações que contornam o contexto educacional. Conclui-se que o Estado militar diante desse movimento efetivou reformas educacionais com bases conservadoras, garantindo um espaço “fértil” para implantação e ampliação do setor privado e seus interesses. O Estado percebeu no setor privado, uma alternativa, para, dispensar-se de suas obrigações diante da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:**Estado Militar, educação, ensino superior

#### **INTRODUÇÃO**

Ao analisarmos a história da educação no período que compreende o regime militar (1964-1985) é importante considerarmos, que esse contexto esteve imerso na consolidação e apogeu do autoritarismo. Sucedeu pela realização de diversas reformas

---

\*Mestrando em Educação na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Cascavel, email: ander1957@yahoo.com.br.

\*\*Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, professor do colegiado de pedagogia e do mestrado em educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE Campus de Cascavel, Pós doutorando em educação pela Universidade Estadual do Sul da Bahia UESB, email: joao.silva@unioeste.br .



institucionais. No campo da educação, essas reformas são fragmentos de uma “revolução passiva”, que visavam à imobilização da sociedade frente às ações do governo.

A interferência do Estado militar na área educacional ocorreu principalmente por meio das reformas educacionais e a repressão das ações consideradas subversivas ao regime, principalmente o movimento estudantil e aos professores, mediante a invasão de universidades.

O regime militar se intitulava interessado na qualidade e modernização da educação no País, realizada demasiadamente pelas reformas educacionais, decretos e leis que favoreciam seus interesses. Em um momento com um discurso de valorização e necessidade da modernização educacional, em outro, pela repressão dos “indesejáveis” ao sistema.

O sistema educacional não tinha condições de oferecer recursos humanos especializados para o desenvolvimento econômico que o Brasil necessitava naquele momento. Neste viés, destacamos a teoria do “capital humano”, a qual aponta a necessidade de investir na qualificação do ser humano, para que esse resulte em lucros para sociedade.

Neste trabalho pontuaremos a presença do Estado Militar na educação brasileira, especialmente no que se refere ao ensino superior de 1960 a 1980, como a expansão do setor privado neste período. Abordaremos, a interferência da USAID (Agency for International Development), na educação brasileira e suas conseqüências na estrutura educacional.

## **A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR**

Com a instauração da ditadura militar no Brasil (1964-1985), se efetivaram algumas reformas na área educacional. Historicamente sempre existiu a “pressão” pela reformulação das estruturas do ensino superior no Brasil. Intelectuais, professores e demais membros da sociedade, questionavam melhores condições a educação, que atendessem a realidade e as necessidades do País.



Os militares colocaram em prática uma política educacional lançando mão do aparelho de Ensino como estratégia hegemônica para atender ao mínimo a demanda das classes sociais menos favorecidas e também para minimizar as tensões dos setores oposicionistas. Deixando de fornecer a escolarização e qualificação dos trabalhadores necessários ao Estado capitalista, acabou privilegiando a classe elitizada.

Assistiu-se um período marcado pela acumulação de capital baseada na desigualdade social mediante exclusão das classes populares, utilizando-se da violência, pela repressão política. O Estado Militar acabou gerando melhoria dos índices de crescimento econômico do país, porém, destacou uma das maiores taxas de concentração de renda até então existente no Brasil.

O Golpe Militar de 1964 marcou uma série de eventos ocorridos em 31 de março de 1964 no Brasil, e que culminaram em um golpe de estado no dia 1 de abril de 1964, colocando fim ao governo do presidente João Goulart. Imediatamente após a tomada de poder pelos militares, foi estabelecido o AI-1. Com 11 artigos, o mesmo dava ao governo militar o poder de modificar a constituição, anular mandatos legislativos, interromper direitos políticos por 10 anos.

Durante o regime militar, ocorreu o fortalecimento do poder central, sobretudo do poder Executivo, caracterizando um regime de exceção, pois o Executivo se atribuiu a função de legislar, em detrimento dos outros poderes estabelecidos pela Constituição de 1946. O Alto Comando das Forças Armadas passou a controlar a sucessão presidencial, indicando um candidato militar sempre referendado pelo Congresso Nacional.

Partidos políticos, sindicatos, agremiações estudantis e outras organizações representativas da sociedade foram suprimidas ou sofreram interferência do governo. Os meios de comunicação e as manifestações artísticas eram vigiados e reprimidos pela censura. A década de 1960 iniciou também, um período de grandes transformações na economia do Brasil, de modernização da indústria e dos serviços, de concentração de renda, de abertura ao capital estrangeiro e do endividamento externo.

Segundo Germano (1994), ao mencionar sobre a reforma universitária, afirma que relacionamos a mesma, como uma imposição forçada dos interesses americanos

no Brasil, porém, devemos considerar, que essa reforma foi desejada, por setores da sociedade civil de base conservadora.

Uma das principais questões que levaram os estudantes a questionarem por uma reforma no sistema universitário, era a falta de vagas para todos os candidatos, que embora aprovados em um teste seletivo, ficavam ociosos a espera de uma vaga. Esse foi um dos fatores que impulsionaram a insatisfação estudantil, representado o pensamento mais progressista e a esquerda, que conclamavam uma reforma universitária.

Para entendermos esta questão, podemos observar na tabela a seguir, alguns dos elementos que elevam a pressão ao Estado pela maior ampliação das vagas no ensino superior, apresentando uma amostragem das inscrições do vestibular, comparando as vagas ofertadas em contraposição aos inscritos.

Tabela 1  
Número de Inscritos, Vagas e Excedentes nos Cursos de Graduação no Ensino Superior do Brasil (1960-1971)

Anos	Nº de Inscritos	Nº de Vagas	Nº de inscritos	Nº de Excedentes no Ano (C=A-B)	Relação Excedentes/Inscritos
1960	64.637	35.909	1,8	28.728	44,4%
1961	70.147	38.971	1,8	31.176	44,4%
1962	70.942	47.295	1,5	23.647	33,3%
1963	86.716	51.009	1,7	35.707	41,2%
1964	97.481	57.342	1,7	40.139	41,2%
1965	110.834	58.334	1,9	52.500	47,4%
1966	123.379	58.752	2,1	64.627	52,4%
1967	183.150	79.630	2,3	103.520	56,5%
1968	214.966	89.582	2,4	125.384	58,3%
1969	276.904	115.377	2,4	161.527	58,3%
1970	328.931	145.000	2,3	183.931	55,9%
1971	400.958	239.782	1,7	161.176	40,2%

Fonte: Cunha (1975, p.34)

É evidente que após 1960, há um crescimento no número de excedentes que acabavam ficando ociosos à espera de uma vaga no ensino superior. Embora o número



de vagas tenha um crescimento com mais de 667%, ao comparar o ano de 1960 a 1971, neste mesmo período o número de inscritos também cresceu mais de 620%.

Observamos que a oferta de vagas não supriu a demanda pelos candidatos. Mas afinal que seria decisivo para mudança desse cenário? Devemos considerar principalmente o crescimento e industrialização do Brasil, como também a demanda por mão de obra qualificada, fazendo com que houvesse uma demanda maior por esta modalidade de ensino.

Por muito tempo, alunos, professores e demais autoridades educacionais questionavam por uma reformulação em todas as esferas educacionais no Brasil, o ensino superior sendo a última etapa educacional que interferia no mercado de trabalho, era visto como um terreno fértil, para o capital estrangeiro semear seus princípios.

As multinacionais instaladas no Brasil se preocuparam em trazer mão de obra qualificada de seus países de origem ao invés de desenvolver o conhecimento técnico e científico em nossas universidades. Nesta linha de raciocínio se referindo ao ensino superior, Alves ainda considera:

Os acordos assinados entre Brasil e a USAID (Agency for International Development) americana propiciaram o financiamento da educação pública no Brasil, nas palavras de Alves (2008) um verdadeiro bê-á-bá do imperialismo, através do condicionamento das gerações (ALVES, 2008, p.18).

O objetivo em aplicar um modelo educacional norte americano, visava a transformação da universidade brasileira em uma instituição, onde apenas as elites poderiam estudar. Os acordos além de reformular o ensino Superior, destacaram a posição do Brasil e sua hegemonia aos americanos.

Como o Brasil não dispunha de recursos humanos especializados a fim de conduzir uma nova reestruturação dos sistemas de ensino, a alternativa era recorrer à ajuda externa. Outros fatores passaram a ser utilizados como justificativa para os acordos de cooperação entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agency for International Development (USAID):



As ajudas internacionais estabelecidas mediante cooperação financeira, cooperação técnica, assistência econômica e programas assistenciais foram ficando cada vez mais imprescindíveis na relação entre as nações, e particularmente nas relações entre os países centrais e aqueles que se integraram retardatariamente ao processo de industrialização. Esses países, como o Brasil, necessitaram incorporar tecnologia estrangeira para iniciar o seu passo decisivo na constituição de uma economia capitalista através de uma modernização ancorada na urbanização e na industrialização. (NOGUEIRA, 1999, p.73)

O pensamento hegemônico da época, entendia que para libertar-se do atraso econômico e social, era necessário a priorização do ensino superior, especialmente voltado para as tecnologias, com vistas ao desenvolvimento do País.

Após um longo debate no ano de 1965, os militares decidem que a melhor alternativa para o desenvolvimento da educação seria a reformulação do sistema de ensino. Isso se deu nas palavras de Arapiraca (1982), pelo assessoramento por parte dos consultores norte americanos aos brasileiros, a partir de acordos com o Ministério da Educação. A USAID interferiu com ajuda técnica e financiamento, a princípio um trabalho de dois anos de assessoramento e planejamento do ensino, mas que se estendeu por um período maior.

Segundo Nogueira (1999), há uma grande diferença no montante “doado” e financiado pela USAID ao Brasil, nas palavras da autora, de 1960 a 1965, do total de recursos disponíveis ao Brasil 98% eram financiados e 2% doados, esse dinheiro deveria ser aplicado na formação de professores, manutenção de espaços físicos e compra de equipamentos para modernização das instituições.

Mas afinal, por que recorrer à ajuda externa? Ao analisarmos o contexto econômico brasileiro pós 1960, observamos que não havia possibilidade de financiamento da educação, nem sequer uma modernização das estruturas educacionais, por parte do governo federal.

As multinacionais instaladas no Brasil se preocuparam em trazer mão de obra qualificada de seus países de origem ao invés de desenvolver o conhecimento científico em nossas universidades.



Não restava alternativa, a não ser recorrer à ajuda externa, sobretudo de grandes indústrias estrangeiras para o financiamento da educação. A partir disso, os acordos MEC/USAID, moldariam o ensino superior brasileiro a partir dos interesses do capitalismo internacional.

Devemos considerar que no plano do ideário pedagógico, nesse contexto foi influenciado pelo tecnicismo. Havia o interesse apenas em investir apenas na formação de gerentes e técnicos, capazes unicamente de aplicarem o “*know how* importado”. A preocupação inicial era formar para o mercado de trabalho, ou seja, o “saiba como fazer”, a preparação intelectual e crítica, ficaria para segundo plano. Ghiraldelli, referindo a fala de Roberto Campos, Ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, diz:

O ministro Roberto Campos, em palestra sobre “Educação e Desenvolvimento Econômico”, procurou demonstrar a necessidade de atrelar a escola ao mercado de trabalho. Sugeriu, então, um vestibular mais rigoroso para aquela área de 3º grau não atendentes às demandas do mercado. Para ele, toda a agitação estudantil daqueles anos era devida a um ensino desvinculado do mercado de trabalho, um ensino baseado em generalidades e, segundo suas próprias palavras, um ensino que, “não exigindo praticamente trabalhos de laboratório” deixava “vácuos de lazer”, que estariam sendo preenchidos com “aventuras políticas” (GHIRALDELLI, 2000, p. 169).

Na percepção do ministro, ficava evidente o projeto de universidade “ideal”, que deveria atender aos interesses do mercado de trabalho, ao mesmo tempo faz uma crítica ao movimento estudantil, salientando sua relação com o sistema de ensino.

Neste contexto a educação é convocada como instrumento de mudança, atribuindo a escola o papel de estabelecer uma nova hegemonia. A crise da sociedade é apontada, pelo pensamento governamental como sendo uma crise da educação, deslocando o foco da crise da estrutura, econômico, social para o âmbito das instituições e seus gerenciamentos.

As décadas de 60 e 70 também representaram instantes de comoção nacional em favor das reformas educacionais desta vez sob uma ação autoritária. Nos anos 80, período de redemocratização da sociedade brasileira, significou momento denominado

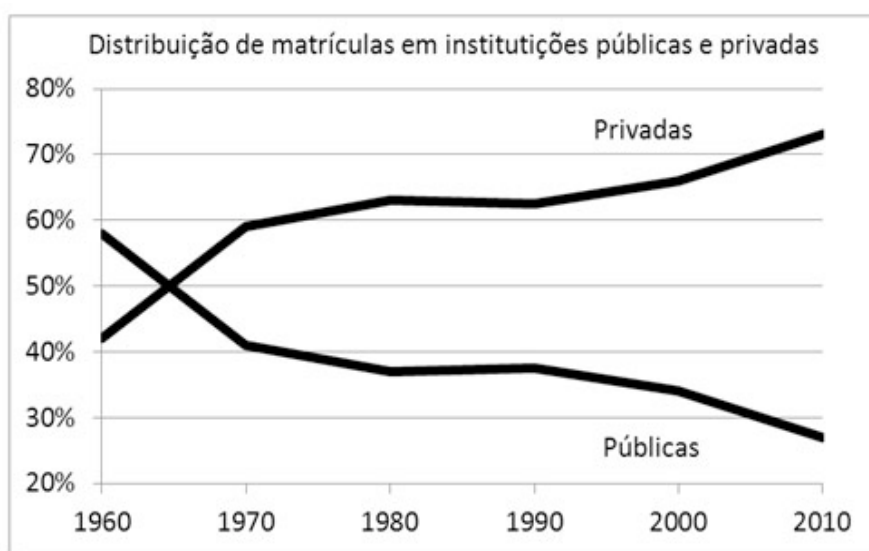
de varredura do lixo autoritário, instante em que a sociedade civil organizada se encarregou de construir um projeto político alternativo, fundamentado na defesa da escola pública.

## O PÚBLICO E O PRIVADO

Nesse viés destacamos que o setor privado de ensino cresceu consideravelmente a partir de 1970, isso se dá por diversos fatores, principalmente pela pressão dos grupos hegemônicos, frente ao governo que facilitaria ao setor privado seu crescimento.

Por outro lado, a demanda crescente pressionava a sociedade civil ao Estado por novas vagas nas universidades acaba levando ao crescimento da iniciativa privada. Os militares criaram escolas técnicas que atendiam às camadas populares, mantendo o ensino superior público acessível para poucos facilitando a expansão do setor privado.

Na tabela a seguir é possível verificar o grande crescimento do setor privado de ensino principalmente a partir de 1970 por meio das matrículas em Instituições públicas e privadas.



Fonte: Correio da Cidadania, 2015.





Um das principais características do ensino superior neste período é seu crescimento na iniciativa privada ao considerar as décadas de 1960 a 1970, uma ampliação. Características marcantes do neoliberalismo e privatização do ensino.

A efetivação de uma política tecnicista pelos militares visava antes de tudo à formação de mão de obra qualificada e necessária naquele momento. Além de uma iniciativa que formaria indivíduos aptos para o trabalho em pouco tempo a considerar um curso de nível superior, seus custos e investimentos também seriam menores. Por outro lado, a oferta de tal modalidade de ensino favorecia o crescimento da iniciativa privada. Aqueles que teriam melhores condições econômicas tinham acesso à educação de nível superior, aos outros restava a qualificação técnica.

Na teoria do capital humano, o Estado realiza investimentos, sejam eles educacionais ou de saúde que viabilizem a qualidade do trabalhador na sua produção, na perspectiva de servir ao desenvolvimento econômico.

A Universidade esteve historicamente relacionada ao desenvolvimento ou não desenvolvimento, econômico, político e social de cada sociedade em que estava inserida. Não é difícil entender o processo de construção da universidade brasileira, que teve suas peculiaridades em cada período a qual esteve presente.

A constituição de cada universidade é marcada pelas características da época em que se desenvolveu, como os interesses, econômicos, eclesiásticos e políticos envolvidos em sua formação. Isso justifica a importância do estudo e análise das instituições de ensino superior, ainda que isoladas a fim de entender sua contextualização com a sociedade.

O ensino superior historicamente tem sido utilizado como um importante meio de formação de quadros para a gestão dos interesses das classes dominantes. Ao analisarmos a educação como força transformadora da sociedade, é importante levar em consideração diversos aspectos sociais no contexto na qual a mesma estava inserida, isso “[...] nem sempre significa que ela está voltada para a superação das condições sociais existentes, [...]” (ORSO, 2011 p.57). A educação analisada como transformadora da realidade social do indivíduo, deve atender as necessidades básicas de formação dos sujeitos que a mesma compreende.



A natureza da educação está objetivada à natureza do trabalho, estando organizada em uma sociedade que o trabalho é uma mercadoria, nesse sentido, uma educação voltada para o trabalho, também é uma mercadoria. Vivemos em uma sociedade, caracterizada por uma estrutura de classes sociais, uma sociedade as pessoas são tratadas como mercadorias.

A formação da maioria das universidades esteve, a rigor, a serviço de um padrão nacional, de acordo com os interesses dos grupos dominantes. O ensino superior historicamente tem sido utilizado para formação e manutenção de um aparato burocrático para suprir os interesses do Estado e de uma determinada classe social na sociedade capitalista:

O capitalismo não prescindiu das ações estatais, mas é nelas que ganha corporeidade e estabilidade de reprodução e acumulação de capital. O Estado, desse modo, é constituinte do capitalismo assim como o capitalismo é constituinte do Estado, que é resultante das relações e mediações que se materializam com a luta de classes e compõem o processo de produção, circulação e acumulação de capital. (DEITOS, 2012b, p.214)

O próprio estado acaba criando as condições para reprodução do modo capitalista, ao oferecer as condições de crescimento das instituições particulares acabaria favorecendo sua hegemonia, desse modo ele é o constituinte do capitalismo na medida que intermédia as relações que se materializam na luta de classes.

Embora a universidade estivesse voltada para atribuições do mercado de trabalho, alguns cursos, principalmente as ciências humanas, tentavam formar cidadãos de forma mais crítica. Nesse sentido, consideramos que o mercado de trabalho, não tem a capacidade de absorver todos os recursos humanos que a universidade produz.

Mas este fato não é de se estranhar, afinal, faz parte da lógica do sistema. Ou seja, a “manutenção de numeroso exército de reserva”. Em outras palavras, é necessário formar muito além da capacidade do mercado, na medida em que um indivíduo é descartado pelo sistema, há outro habilitado, para assumir seu lugar (GERMANO, 1994).



Tal maneira de seleção não contribui para transformação da sociedade, mas sim para reprodução da ideologia dominante, que ao incorporar por meio de um processo de seleção os “melhores”, os que tiveram em sua condição de vida, melhores condicionamentos sociais, culturais e financeiras para ingressar na faculdade.

Consequentemente o privilégio de uma classe perante a outra, sustenta o crescimento da desigualdade social diante do capitalismo contemporâneo. Nesta lógica, em última instância, a universidade acaba sendo mera reprodutora do sistema capitalista e daqueles que o detém:

A educação por exemplo, é um tipo de investimento para a sociedade e não para o indivíduo. O que nos leva a dizer que o que é capital não é o valor de uso da força de trabalho enquanto tal para o indivíduo, mas sua dimensão de valor de troca, quando ela é transformada em mercadoria por alienação. Mesmo porque, capital humano é o conjunto de trabalhadores de uma empresa ou de uma sociedade (ARAPIRACA, 1982, p.21).

Na sociedade capitalista, as pessoas também têm um valor, na medida que tem um valor econômico, também denominado “capital humano”, a educação é vista como um capital, ela existe para dar retorno financeiro a sociedade que nela investiu.

Na contemporaneidade a educação escolar acaba sendo uma ferramenta utilizada para manutenção do capital, possibilitando as classes hegemônicas sua manutenção de status e poder:

Uma redução da concepção de educação na medida em que, ao enfocá-la sob o prisma do “fator econômico” e não da estrutura econômico-social, o educacional fica assepticamente separado do político, social, filosófico e ético. Como elemento de uma função de produção, o educacional entra sendo definido pelos critérios de mercado, cujo objetivo é averiguar qual a contribuição do “capital humano”, fruto do investimento realizado, para a produção econômica (FRIGOTTO, 1984, p.67).

Theodore William Schultz um dos principais pensadores que discutem a questão do “capital humano”, ao considerar que uma das melhores opções para se formar capital humano, é a preparação dos indivíduos, quanto maior o incentivo a educação em um País, maior será seu crescimento econômico.



O “capital humano” é todo o conhecimento que é investido em um indivíduo, esperando que se torne mais produtivo, e seu retorno a sociedade que nele investiu. Difere-se do capital econômico, aquilo que se degrada com o uso, o capital humano conforme se acumula, gera ganhos intelectuais para aquele que o adquire, pois o trabalho humano quando qualificado garante uma maior taxa de lucros a quem nele investiu.

A educação passa a ser vista como um capital subordinada a produção, se produz capital humano na medida em que a demanda de mercado necessita:

No reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos (MÉSZÁROS, 2008, p.16).

Muitas vezes, a educação é uma mercadoria necessária para manutenção do status da sociedade elitizada, na medida em que, não deve ser entendida de modo separado da vida social do homem, muito menos excluída do contexto social e histórico da qual está inserida.

A natureza da educação está objetivada a natureza do trabalho, estando organizada em uma sociedade que o trabalho é uma mercadoria, nesse sentido, a educação que é voltada para o trabalho, pode ser considerada uma mercadoria.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu - no seu todo - ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, corno se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta (MÉSZÁROS, 2008, p.35).

A educação nos últimos anos, serviu especialmente para suprir os interesses a as necessidades da expansão do capital. A educação monopolizada pelo capital faz parte da estrutura de controle social utilizada pelas classes dominantes para difundir suas



concepções e ideologias a sociedade. Com isso, o sistema de ensino criado pela burguesia que tem o papel de libertar os indivíduos, acaba alienando-os.

A rigor, a Universidade no Brasil sempre privilegiou a formação profissional para o mercado de trabalho, são escassos os casos onde se desenvolveu a preocupação com pesquisas e desenvolvimento tecnológico. Alias, é na universidade que se encontram as condições necessárias para isso, devendo ir muito além da formação de profissionais liberais para o mercado de trabalho.

## CONCLUSÕES

A questão do ensino superior no Brasil é que, já nasceu “elitizado” e assim o permanece, na medida em que garante a oportunidade de acesso aos mais favorecidos, acabando excluindo aqueles que mais precisariam do acesso ao ensino público.

O ensino superior, na medida em que não incorporava todos os sujeitos na universidade pública, abria caminho para o ensino privado. Quanto menos se criasse condições para o acesso ao ensino público, mais se ampliaria a possibilidade de crescimento do setor privado.

O Estado ao invés de ampliar o setor público de ensino superior, criando novas universidades e ampliando as vagas nos cursos superiores, acaba passando esse papel para iniciativa privada.

Neste trabalho procuramos demonstrar, como se deu a interferência do regime militar na educação brasileira, especificamente no que tange o ensino superior após 1970. A atuação do estado militar no ensino superior afetou as políticas educacionais e estruturais desta modalidade de ensino, de um lado se favoreceu o crescimento da iniciativa privada de ensino, de outro um maior controle do meio estudantil e corpo docente.

O objetivo do sistema era formar para o mercado de trabalho, mas sem nenhum conhecimento crítico, afinal este não era bom para o regime, sendo os indesejáveis punidos e eliminados. A implementação da Lei 5440/68, também afetaria profundamente a estrutura universitária no Brasil, algumas de suas práticas são



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

perceptíveis na atualidade, como a adoção do vestibular e estruturação departamental das universidades.

Destacamos alguns pontos fundamentais para se entender o contexto, o qual, o atual sistema de ensino brasileiro, foi aos poucos sendo moldado, como também a hegemonia do sistema privado de ensino.

Podemos concluir que as transformações ocorridas na sociedade brasileira a partir de meados da década de 1960 conduziram as camadas médias, mais que qualquer outra classe, a pressionar pelo acesso e aplicação de vagas no ensino superior.

### REFERÊNCIAS

- ALVES, Márcio Moreira. Beabá dos MEC-USAID. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.
- ARAPIRACA, José Oliveira. A USAID e a educação brasileira: abordagem crítica teoria capitalismo. São Paulo. Cortez/Autores Associados, 1982.
- BRASIL. Lei nº 19.851. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em 26 de ago. de 2014.
- BRASIL. Lei nº 5540/68. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm)> Acesso em 26 de mar. de 2015.
- Correio da Cidadania. Disponível em: <[http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6960:submanchete280312&catid=72:imagens-rolantes](http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6960:submanchete280312&catid=72:imagens-rolantes)> Acesso em 22 de abril de 2015.
- CUNHA, Luiz Antônio. A Expansão do Ensino Superior: Causas e Conseqüências. Debate e Crítica, São Paulo, nº 5, p. 27-57, mar. 1975.
- DOURADO, Luis Fernandes. A Interiorização do Ensino Superior e a Privatização do Público. Goiânia: Ed. UFG, 2001.
- DEITOS, R. A.; LARA, A. M.B. Estado e política Educacional: o receituário do liberalismo Social democrata. Eccos – Rev. Cient., São Paulo, n. 29, p. 35-62, set./dez. 2012a.
- DEITOS, Roberto Antonio. O Liberalismo Social-Democrata e a Reforma do Estado Brasileiro (1995-2002). PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 30, n. 1, 199-229, jan./abr. 2012b.



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

- FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez, 1984.
- GERMANO, José Willington. Estado militar e educação no Brasil. 2. ed. São Paulo : Cortez, 1994.
- GHIRALDELLI, Paulo. História da Educação. São Paulo: Cortez, 2000.
- NOGUEIRA, Francis Mary G. Ajuda externa para a educação brasileira: da USAID ao Banco Mundial. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999.
- MENEZES, Luiz Carlos de. Universidade Sitiada. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo: 2000.
- MÉZÁROS, Itsvan. Educação para além do capital. 2. ed São Paulo: Boitempo, 2008.
- ORSO, Paulino José. et.. al. História, Sociedade e Educação: O Ensino Superior e o Desenvolvimento Local. Campinas, UNICAMP, 2011.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. Historia da educação brasileira: a organização escolar. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil ( 1930-1973 ). 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- SAVIANI, Dermeval. Política e educação noBrasil - o papel do. Congresso Nacional na legislação de ensino. São Paulo: Cortez, 1987.